



Ganhadora do 1º lugar do I Concurso de Desenho da DPU - Taila Narcisca Ioio - Escola Indígena Estadual Moisés Iaparrá Oiapoque - Amapá/AP

**8º CONCURSO
DE REDAÇÃO
DA DPU**

*Os Desafios da Saúde dos
Povos Indígenas no Brasil*

Brasília - DF
2024



CARTILHA VIII CONCURSO DE REDAÇÃO

© 2024 Defensoria Pública da União.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Endereço: Ed. Palácio da Agricultura, Bloco F, Quadra 01, Setor Bancário Norte, Brasília/DF.
CEP: 70.040-908

Defensor Público-Geral Federal

Leonardo Cardoso de Magalhães

Subdefensor Público-Geral Federal

Marcos Antônio Paderes Barbosa

Secretária-Geral de Articulação Institucional

Charlene da Silva Borges

Secretária de Atuação no Sistema Prisional

Letícia Sjoman Torrano

Gisela Baer de Albuquerque

Secretária de Acesso à Justiça e Ações Estratégicas

Elisângela Machado Côrtes

Assessora da Secretaria-Geral de Articulação Institucional

Mariana Pereira de Queiroz

Equipe Técnica

Jane Souza Marques

Rodrigo Cunha da Paz

Contribuições

Ayla Samila Ferreira Tapajós

Débora Ficher Furloni

Elisângela Machado Côrtes

José Tarisson Costa da Silva Nawa

Design Gráfico e Diagramação

Mariana do Espírito Santo Silva



SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	6
Direito à saúde dos povos indígenas na legislação	8
Organização do atendimento à saúde dos povos indígenas no Brasil	11
Quais são os serviços oferecidos pelos DSEIs?	12
Como se dá a participação social na saúde indígena?	14
Particularidades culturais e desafios	14
Acesso aos serviços de saúde e melhores condições de vida	15
Impactos da mineração na saúde indígena	17
Populações indígenas e a pandemia de COVID-19	19
Desafios enfrentados por indígenas em contexto urbano	20
Conclusão	22
Sugestões de Atividades	23





2º LUGAR NIAIDE ARAÚJO SILVA
Escola Estadual Indígena Território do Saber - Pernambuco



APRESENTAÇÃO



É com grande satisfação que apresentamos a cartilha do 8º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União (DPU). Este concurso é uma iniciativa que visa promover a reflexão e o debate sobre temas relevantes para a sociedade, incentivando estudantes, professores e demais participantes de todo o país a expressar suas ideias e opiniões de forma crítica e criativa.

A Defensoria Pública da União desempenha um papel crucial na promoção dos direitos humanos e no acesso à justiça para grupos vulnerabilizados. Sua atuação é especialmente importante na defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil, oferecendo assistência jurídica gratuita e trabalhando em diversas áreas para assegurar a proteção de seus territórios, o respeito às suas culturas e tradições, e o acesso à saúde e educação. Por isso, o tema do Concurso de Redação deste ano, "Os Desafios da Saúde dos Povos Indígenas no Brasil", está diretamente alinhado à atuação da DPU em favor dessas comunidades.

Para enriquecer ainda mais este projeto, tivemos a honra de contar com a participação de alunos indígenas do ensino fundamental no 1º Concurso de Desenho da DPU, especialmente realizado para ilustrar esta cartilha. A inclusão desses jovens trouxe um toque especial às páginas que seguem, com ilustrações que refletem a diversidade cultural e a riqueza de perspectivas que fazem parte do nosso Brasil.

Dentre os mais de 200 desenhos recebidos, foram escolhidas 5 obras que refletem o talento, a criatividade e a rica herança cultural desses jovens.

Agradecemos imensamente a todos os participantes, professores e colaboradores que se envolveram neste projeto, contribuindo para o sucesso e a representatividade desta cartilha. Que cada página inspire reflexão e diálogo, fortalecendo o compromisso com os direitos e a cidadania para todos.




INTRODUÇÃO



Foto: Yuri Curtulo - DPU

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, no entanto, muitas populações, especialmente as indígenas, enfrentam desafios únicos e complexos no acesso a serviços de saúde de qualidade. A “Cartilha de Saúde” tem como objetivo promover a conscientização sobre a saúde dos povos indígenas, uma questão de extrema importância devido às suas particularidades culturais, geográficas e sociais.

Como parte dos esforços para promover a educação em direitos e estimular o debate sobre questões de saúde e cidadania, a Defensoria Pública da União (DPU) organiza anualmente um concurso de redação. Este concurso busca engajar estudantes da rede pública de ensino em uma reflexão crítica sobre temas essenciais, transformando o conhecimento jurídico em uma ferramenta concreta de emancipação. Para esta edição, o foco está na saú-



de dos povos indígenas, um tema que requer atenção e entendimento aprofundado, especialmente considerando as particularidades culturais e os desafios enfrentados por essas comunidades.

Este documento pretende educar estudantes do ensino fundamental e médio sobre as políticas públicas e os esforços do governo brasileiro para assegurar que as comunidades indígenas tenham acesso aos cuidados necessários. Abordaremos a estrutura e o funcionamento do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS), bem como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e as ações da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI).

Neste cenário de diversidade e desafios, é fundamental que os jovens compreendam e valorizem a importância de respeitar as práticas culturais indígenas e de apoiar iniciativas que visem garantir o direito à saúde para

todos. Através desta cartilha e do concurso de redação promovido pela DPU, esperamos contribuir para a formação de cidadãos conscientes e engajados na luta pela equidade no acesso à saúde, respeitando a riqueza cultural das comunidades indígenas e reconhecendo a importância de políticas inclusivas e adaptadas às suas realidades.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena do Brasil chegou a 1.693.535 indígenas em 2022, registrando-se 305 etnias. A maioria dos indígenas vive na Amazônia Legal (51,25%), com 44,48% concentrados na região Norte e 31,22% no Nordeste. Os estados com maior população indígena são o Amazonas (490,9 mil) e a Bahia (229,1 mil). Do total da população indígena, 621,1 mil (36,73%) residem em terras indígenas e 1,1 milhão (63,27%) estão fora delas¹.

¹ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Gov.br, 08 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 03 set. 2024.





A Constituição Federal do Brasil reconhece o direito dos povos indígenas à sua organização social, costumes, crenças e tradições. Isso impõe ao Estado brasileiro a responsabilidade de oferecer serviços específicos que considerem os saberes tradicionais e as especificidades culturais desses povos, tais como sua dispersão territorial e perfil epidemiológico. Além disso, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que os povos indígenas devem ser consultados de forma livre, prévia e informada sobre qualquer medida que possa impactá-los diretamente.

DIREITO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS NA LEGISLAÇÃO

O direito à saúde dos povos indígenas no Brasil é garantido por uma série de instrumentos legais, que abrangem desde a Constituição Federal até legislações específicas e tratados internacionais ratificados pelo país. Abaixo estão os principais instrumentos legais que asseguram esse direito:

1. Constituição Federal de 1988

Artigo 196:

Estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Artigo 231:

Reconhece os direitos dos povos indígenas sobre suas terras e recursos, que estão diretamente relacionados à sua saúde e bem-estar, garantindo sua preservação física e cultural.





2. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)

Artigo 2º, Parágrafo 2º: A lei reafirma o dever do Estado de garantir o direito à saúde, considerando as necessidades especiais de grupos sociais e povos, como os indígenas, com respeito a suas especificidades culturais.

Artigo 5º: Criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que deve assegurar a universalidade e a equidade no atendimento, incluindo a atenção diferenciada às populações indígenas.

3. Decreto nº 7.336/2010

*Este decreto regulamenta a organização da **Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)**, vinculada ao Ministério da Saúde, que é responsável pela coordenação e execução do **Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI)**, parte integrante do SUS. O SASI foi criado para atender às especificidades das populações indígenas.*

4. Portaria nº 2.656/2007

*Estabelece as diretrizes da **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNAISP)**, que visa garantir o acesso das populações indígenas a um sistema de saúde adequado, respeitando suas práticas tradicionais de cura e os conhecimentos ancestrais sobre saúde e doença.*



5. Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Artigo 25: Esta convenção, ratificada pelo Brasil em 2002, aborda a importância de se garantir às populações indígenas o acesso a serviços de saúde apropriados e culturalmente adequados, bem como a proteção contra doenças e acesso a medicamentos.

Artigo 24: Ressalta a necessidade de serviços de saúde que sejam projetados em cooperação com os povos indígenas e que reconheçam o papel de seus sistemas tradicionais de saúde.

6. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)

Artigo 24: Assegura o direito dos povos indígenas a seus próprios sistemas e práticas de saúde, além do direito ao acesso a todos os serviços sociais e de saúde fornecidos pelo Estado, sem discriminação.

7. Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973)

Artigo 9º: Determina que a assistência à saúde dos indígenas deve considerar suas condições de vida, os fatores culturais e as peculiaridades ambientais das áreas que habitam, enfatizando o direito à assistência médica e sanitária adequada.



8. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas (PNAISP)

Embora não seja uma lei, esta política, instituída por meio de portarias do Ministério da Saúde, é um importante instrumento normativo que define a estratégia do SUS para atender às necessidades de saúde dos povos indígenas, respeitando sua diversidade cultural e garantindo a atenção integral à saúde.

ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A coordenação geral da saúde indígena no Brasil é realizada pela **SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena)**, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Há, ainda, subsistemas regionais conhecidos como **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)**, que são responsáveis por implementar as políticas de saúde. Existem 34 DSEIs espalhados pelo Brasil, cada um responsável por atender às comunidades indígenas em seu território.

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) disponibilizam uma variedade abrangente de serviços de saúde direcionados para as necessidades específicas das populações indígenas. Esses serviços são estruturados para atender tanto as demandas de atenção básica quanto de média complexidade, respeitando as particularidades culturais e as condições geográficas das comunidades atendidas.



QUAIS SÃO OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS DSEIS?

Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI): Postos de saúde localizados dentro dos territórios indígenas para atender às necessidades básicas de saúde.

Pólos-Base: Equivalentes às Unidades Básicas de Saúde (UBS), localizados próximos às comunidades indígenas.

Casa de Saúde Indígena (CASAI): Local de recepção e apoio para indígenas que precisam de tratamento em hospitais do SUS.

Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI): Equipe composta por médicos, enfermeiros, dentistas e agentes indígenas de saúde, que são profissionais da própria comunidade treinados para atender seus pares. As EMSI atuam diretamente nas aldeias realizando ações de atenção básica e promovendo o diálogo entre os serviços de saúde e as comunidades indígenas, respeitando suas práticas e conhecimentos tradicionais.





3º LUGAR **ALECKSON SOUZA ESPINDOLA**
Escola Municipal Poló Indígena - Mato Grosso do Sul





COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE INDÍGENA?

Cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) conta com um Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), que tem a função de fiscalizar, discutir e propor políticas para fortalecer a saúde na região. O CONDISI é composto por representantes das comunidades indígenas, gestores e profissionais de saúde. Com um papel tanto consultivo quanto deliberativo, o CONDISI contribui para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde, assegurando que as políticas adotadas atendam às necessidades e particularidades das comunidades indígenas.

PARTICULARIDADES CULTURAIS E DESAFIOS

Os povos indígenas no Brasil falam mais de 150 línguas diferentes e têm práticas culturais diversas. Isso pode dificultar o acesso e a aceitação dos serviços de saúde.

Diante disso, a PNASPI (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas) considera fundamental que os serviços de saúde trabalhem de forma integrada com os conhecimentos e sistemas tradicionais de saúde dos povos indígenas. Esses sistemas tradicionais têm uma abordagem holística, que considera a saúde como resultado da harmonia entre os indivíduos, suas famílias, comunidades e o universo ao seu redor. As práticas de cura indígena seguem uma lógica interna específica de cada comunidade, refletindo sua relação única com o mundo espiritual e os seres do ambiente em que vivem.

Portanto, ao tratar da saúde dos povos indígenas, é necessário ir além do enfoque médico ocidental, incorporando também os aspectos culturais e sociais que são respaldados pelas medicinas tradicionais.



Barreiras Linguísticas e Culturais

Linguagem

Muitos indígenas não falam português, o que dificulta a comunicação com os profissionais de saúde. Por isso, a presença de tradutores ou intérpretes durante os atendimentos é crucial. Além disso, é importante que os programas de saúde incluam materiais informativos traduzidos para as línguas indígenas mais comuns.

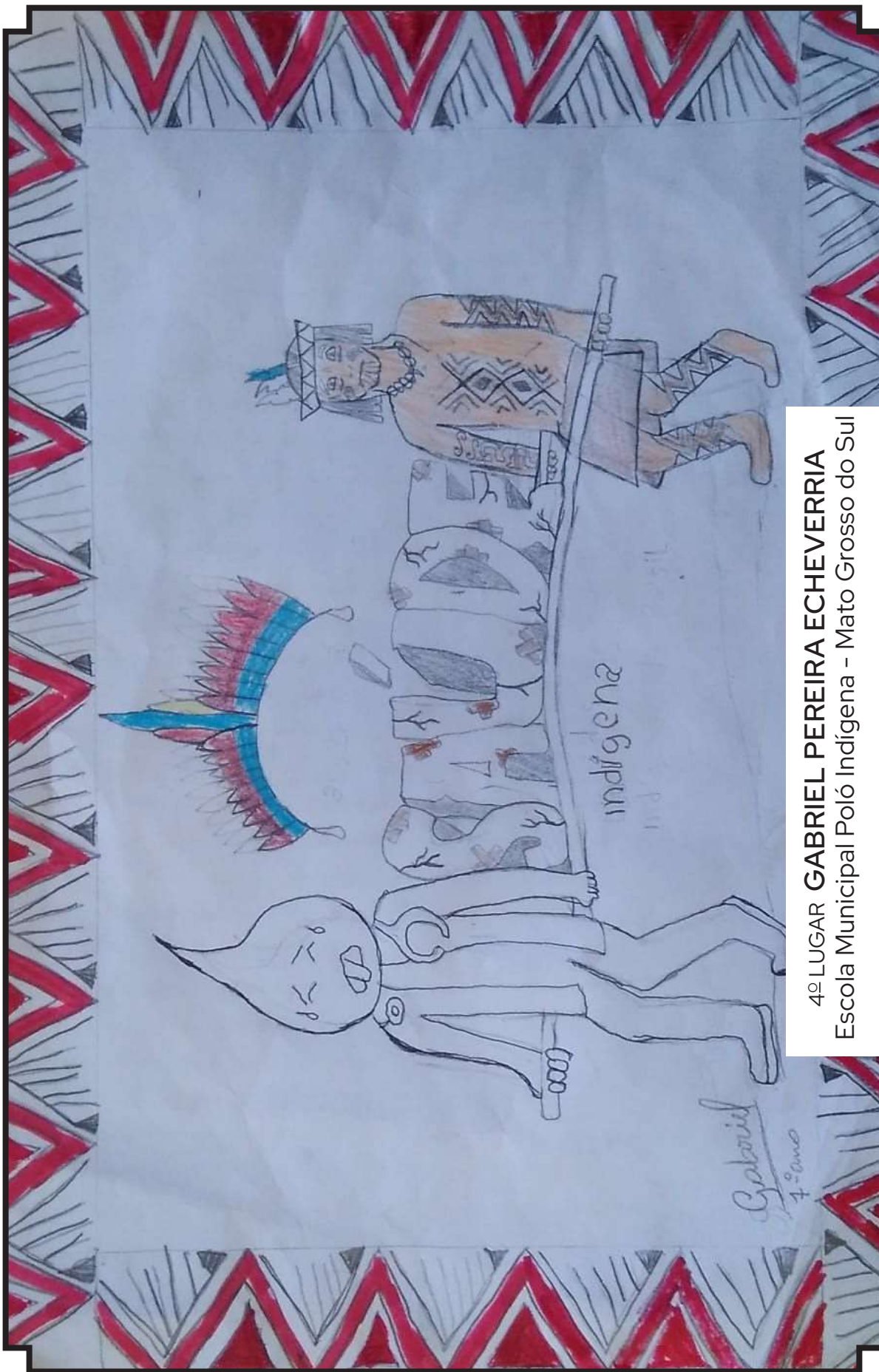
Cultura

As tradições de cura e as crenças culturais dos povos indígenas influenciam significativamente a aceitação dos tratamentos médicos ocidentais. Por isso, é fundamental que os profissionais de saúde sejam treinados para reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais, buscando formas de integrá-los aos cuidados médicos sempre que possível.

ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

O acesso aos serviços de saúde é um grande desafio para muitas aldeias indígenas, que se encontram em áreas remotas com infraestrutura e transporte limitados, dificultando a chegada rápida de assistência médica. Além disso, registra-se a falta de saneamento básico e água potável em muitos locais, o que agrava a propagação de doenças. Portanto, é essencial priorizar investimentos em melhorias na infraestrutura de transporte, saneamento básico e moradia adequada para garantir que essas comunidades tenham acesso a serviços de saúde e possam viver em condições mais saudáveis.





4º LUGAR **GABRIEL PEREIRA ECHEVERRIA**
Escola Municipal Poló Indígena - Mato Grosso do Sul





IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA SAÚDE INDÍGENA

A atividade de garimpo ilegal tem causado graves problemas de saúde em terras indígenas. A contaminação das águas por mercúrio e o desmatamento têm levado a um aumento de doenças como malária e desnutrição.

Efeitos do Mercúrio

O mercúrio, amplamente utilizado no garimpo, contamina os cursos d'água, afetando toda a cadeia alimentar, incluindo os peixes, que são a principal fonte de proteína para as populações amazônicas, especialmente indígenas e ribeirinhos. Com a contaminação da água e dos peixes, a desnutrição crônica se agrava, juntamente com a disseminação de doenças. A malária, por exemplo, se espalha devido aos poços formados pelas escavações, que se tornam criadouros para mosquitos transmissores, resultando em centenas de mortes evitáveis entre os indígenas².

Garimpo no Território Yanomami

A crise humanitária vivida pelos Yanomami em Roraima, onde está localizada a maior terra indígena do Brasil, ganhou destaque em 2023, causando comoção na sociedade e forçando o Estado brasileiro a tomar medidas urgentes para reverter os impactos de anos de abandono. Esse abandono deixou os Yanomami e seu território vulneráveis a diversas atividades ilegais que comprometem não apenas sua cultura e modo de vida, mas também sua sobrevivência física. Entre 2019 e 2022, ao menos 570 crianças morreram devido à desnutrição, conforme dados das equipes de saúde que atuam na região³.

² VASCONCELLOS, Ana Claudia Santiago de; BASTA, Paulo Cesar; TRONCARELLI, Maria Cristina Cabral; MUNDURUKU, Jairo Saw (Coords.). Mercúrio na Amazônia: consequências na saúde e no meio ambiente. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2023. 120 p. ISBN 978-85-5457-016-3.

³ G1. Relatório da DPU constata violação generalizada e sistemática de direitos humanos dos Yanomami. G1, Roraima, 04 fev. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/04/relatorio-da-dpu-constata-violacao-generalizada-e-sistemica-de-direitos-humanos-dos-yanomami.ghtml>>. Acesso em: 03 set. 2024.





O garimpo ilegal foi a principal atividade responsável por essa situação, envolvendo entre 25 e 30 mil pessoas na Terra Indígena Yanomami. A invasão garimpeira, equipada com balsas, aviões, bombas de sucção, escavadeiras e abrigos, levou ao desmatamento crescente e à contaminação das águas dos rios e igarapés com mercúrio, usado para separar o ouro dos sedimentos.

Até 31 de dezembro de 2023, havia 29.900 casos de malária registrados no Território Yanomami, com uma taxa de incidência alarmante, significativamente maior que a da média da região Amazônica.

Esse cenário, entretanto, não é exclusivo da Terra Indígena Yanomami. Entre 2010 e 2021, o garimpo ilegal em terras indígenas aumentou 632%, com 2021 sendo o ano de maior expansão em 36 anos, com 15 mil hectares devastados. A Amazônia é a região mais afetada, com as terras indígenas Kayapó, Munduruku e Yanomami sendo as mais impactadas pelo garimpo ilegal.



Fotos: Yuri Curtulo - DPU



POPULAÇÕES INDÍGENAS E A PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de COVID-19 causou um impacto profundo nas comunidades indígenas no Brasil, revelando fragilidades que já existiam e trazendo aprendizados importantes para o futuro. Essas comunidades, que já enfrentavam dificuldades por conta de condições socioeconômicas desfavoráveis, acesso restrito a serviços de saúde e especificidades culturais, tiveram seus desafios intensificados pela crise sanitária global.

De acordo com os dados da SESAI, até agosto de 2024, os 34 DSEIs registraram 76.828 casos confirmados de COVID-19 na população indígena, dos quais 969 culminaram em óbitos⁴.

Os indígenas enfrentaram uma alta vulnerabilidade ao vírus, intensificada por problemas de saúde já existentes, como diabetes e hipertensão, além da precariedade das infraestruturas de saúde em suas aldeias. A localização geográfica isolada dificultou o acesso a cuidados médicos imediatos, tratamentos e vacinas, o que resultou em taxas de mortalidade elevadas.

A organização social dessas comunidades, onde muitos vivem em casas coletivas e compartilham objetos e utensílios, tornou ainda mais difícil conter a pandemia. Além disso, a COVID-19 provocou perdas culturais significativas, especialmente com a morte de muitos anciãos que eram guardiões do conhecimento tradicional, e interrompeu as práticas sociais e espirituais das comunidades, prejudicando a coesão social.

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. COVID-19: Painel de Casos de COVID-19 nas Populações Indígenas. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/sesai_covid_v2/sesai_covid_v2.html>. Acesso em: 3 set. 2024.



Apesar dos desafios, muitas comunidades indígenas demonstraram uma notável resiliência, adaptando suas práticas e desenvolvendo estratégias locais para enfrentar a pandemia. A experiência também destacou a importância de combater a discriminação e ampliar a autonomia dessas comunidades na administração de sua saúde e na criação de políticas que considerem suas particularidades culturais.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

A presença indígena nas áreas urbanas é influenciada principalmente por dois fatores: a migração para as cidades, muitas vezes provocada por violações de direitos, como a expulsão de seus territórios de origem, insegurança econômica e falta de acesso a serviços básicos; e a expansão urbana, que avança sobre terras indígenas, incorporando essas áreas ao espaço urbano.

No imaginário popular, existe a ideia de que o "verdadeiro" indígena é aquele que vive isolado em aldeias, no meio da floresta. Por isso, muitos acham estranho considerar como indígenas as pessoas que vivem nas cidades ou que têm contato frequente com a vida urbana. No entanto, a identidade indígena não depende exclusivamente do local onde a pessoa vive, mas está intrinsecamente ligada a fatores como a ancestralidade, a cultura, a língua, as tradições e o reconhecimento por parte da comunidade indígena.

De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, aproximadamente 1,1 milhão de indígenas, ou 63,27% da população indígena total, residem fora das terras indígenas, muitos deles em áreas urbanas. Essa população também enfrenta vários desafios para acessar os serviços de saúde, incluindo barreiras culturais e linguísticas; preconceito; discriminação; e a falta de adaptação dos serviços de saúde às suas necessidades e realidades culturais.





5º LUGAR MURILO MIRANDA
Escola Municipal Poló Indígena - Mato Grosso do Sul

CONCLUSÃO

A saúde dos povos indígenas no Brasil enfrenta muitos desafios, desde barreiras culturais e linguísticas até problemas causados por atividades ilegais, como o garimpo. É crucial que os alunos compreendam a importância de respeitar e apoiar as culturas indígenas e as políticas que buscam garantir seus direitos e bem-estar.

Essa cartilha tem o objetivo de educar e sensibilizar os jovens sobre a importância da saúde dos povos indígenas e os esforços necessários para garantir que eles tenham acesso a cuidados de saúde adequados e respeitosos.





SUGESTÕES DE ATIVIDADES

1.

Debate em Grupo: Acesso à Saúde e Cultura Indígena

Objetivo:

Promover a reflexão e o entendimento sobre as barreiras culturais e linguísticas no acesso à saúde das populações indígenas.

Descrição:

Divida a turma em pequenos grupos e forneça a cada grupo um caso fictício baseado em situações reais que envolvem o atendimento à saúde de populações indígenas no Brasil. Cada grupo deverá discutir as dificuldades enfrentadas, considerando as barreiras culturais e linguísticas descritas na cartilha. Após a discussão, cada grupo apresentará suas conclusões para a turma, destacando possíveis soluções ou ações que poderiam melhorar o acesso à saúde para essas comunidades.





2.

Criação de uma Campanha de Conscientização

Objetivo:

Desenvolver a capacidade de comunicação e o engajamento dos alunos em questões sociais, utilizando a saúde indígena como tema central.

Descrição:

Peça aos alunos que, individualmente ou em grupos, criem uma campanha de conscientização sobre a importância do respeito às práticas culturais indígenas no acesso à saúde. A campanha pode incluir pôsteres, panfletos, vídeos curtos ou posts para redes sociais. Os alunos devem usar informações e dados da cartilha para apoiar suas campanhas.

3.

Simulação de Assembleia: Propostas para Melhorar o SasiSUS

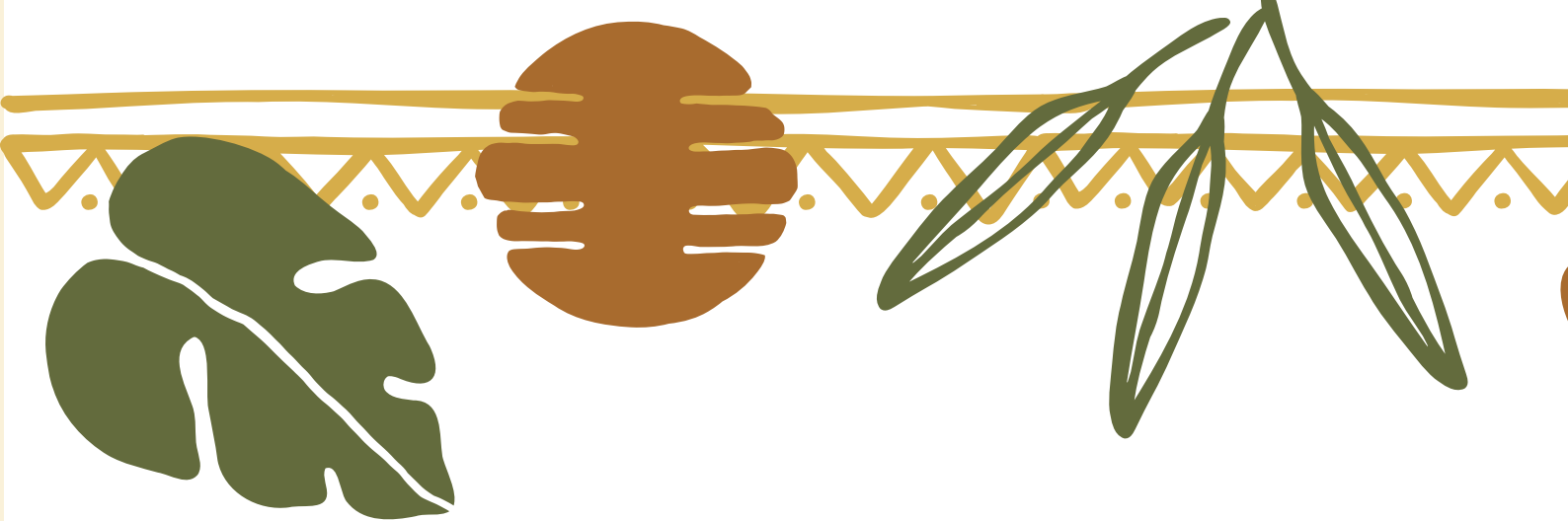
Objetivo:

Fomentar o pensamento crítico e o trabalho em equipe, incentivando os alunos a propor melhorias no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS).

Descrição:

Organize uma simulação de assembleia onde os alunos assumem o papel de representantes de diferentes distritos sanitários especiais indígenas (DSEIs). Cada grupo deve propor uma melhoria ou adaptação para o SasiSUS com base nas informações da cartilha. As propostas serão discutidas e votadas durante a simulação, com o objetivo de selecionar as mais viáveis e impactantes.





Parceria

